

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Doutoranda em Geografia na UFSE.
E-mail: ssmenezes@ig.com.br

Maria Geralda de Almeida
Doutora em Geografia, professora da UFSE/UFG.
E-mail: galmeida@iesa.ufg

Raízes

Vol. 24, Nºs 1 e 2, jan.-dez./2005

AS REDES DE SOCIABILIDADE E A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DAS FABRIQUETAS DE QUEIJO NO SERTÃO SERGIPANO

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo discutir conceitos como “rural”, “território” e “redes”, relacionando-os à criação, por um grupo de agricultores do sertão sergipano, de uma atividade agroalimentar que promove a revalorização deste grupo social e fortalece sua identidade cultural. As redes de sociabilidade articulam os elementos constituintes da cadeia produtiva do leite com o intuito de manter-se na sua área de origem possibilitando o surgimento de uma dinâmica nos aspectos cultural, político e econômico dos municípios sertanejos.

Palavras-chave: rural, redes, território

SOCIABILITY NETWORKS AND THE BUILDING OF THE TERRITORY OF SMALL FACTORIES OF CHEESE IN NORTHEASTERN SEMI-ARID

ABSTRACT

The present research has objective discuss the concepts rural, territory and nets relating at an activity agro nourish has created by farmers in the Sergipe, in northeastern semi-arid, outback favoring the revalorization of these and strengthening the cultural identity. The nets of sociability articulate the elements constituent of the productive milk's chain aiming at to keep up in its origin's area making possible the emerge ion of a dynamic in the cultural, politic and economic aspects of rustics' municipalities.

Key words: rural, networks, territory

INTRODUÇÃO

O debate em torno das definições de “rural”, “território” e “redes” tem motivado a constituição de enfoques interdisciplinares para reflexão do mundo social, gerando um campo fértil para a realização de pesquisas empíricas. Considerando a polissemia que perpassa estes conceitos, a discussão teórica e metodológica em torno deles tem sido permeada por inúmeras abordagens, com muitos consensos e divergências.

Tentamos articular as noções de território e redes como têm sido formuladas na geografia com o debate sociológico sobre a temática da ruralidade contemporânea. A discussão conceitual neste artigo está articulada ao desenvolvimento de uma atividade agroalimentar criada pelos agricultores familiares do sertão sergipano, no semi-árido nordestino, que promove a revalorização deste grupo social e fortalece sua identidade cultural. Através da articulação das redes de sociabilidade ou sociais no sertão sergipano, esta atividade absorverá elementos constituintes da cadeia produtiva do leite resultando na construção do território. Este artigo objetiva analisar o modo como os diferentes atores criam suas estratégias e articulam-se visando manter-se em determinadas áreas.

A DISCUSSÃO SOBRE RURALIDADE

A organização do espaço rural apresenta, no mundo contemporâneo, mutações que têm confrontado as visões tradicionais desenvolvidas no âmbito das mais diversas ciências. Schneider (1997) afirma que, inicialmente na sociologia clássica americana, as definições do rural estão baseadas na perspectiva dicotômica (urbano X rural). Posteriormente, o rural é definido como agrícola no contexto da modernização (valorização da produtividade e uso de tecnologias) e, num terceiro momento, o rural é substituído pela agricultura e sistema agroalimentar (estudada com base na divisão social do trabalho).

A interpretação do rural, durante muito tempo, foi focalizada em atributos como atrasado, comparando-o ao urbano, e servindo este último como modelo a ser seguido. Após a 2ª Guerra Mundial, com a inserção tecnológica e a mercantilização das relações sociais do campo há uma transformação no meio rural. Nesse sentido, Blume (2004) destaca: “a industrialização avançou no sentido das localidades rurais e a homogeneidade, que era uma forte característica das bases operacionais rurais, já não se apre-

sentava tão bem demarcada como antigamente”. No Brasil, surgiram áreas consideradas modernas com a inserção dos chamados complexos agro-industriais, contrastando com áreas que utilizavam tecnologias tradicionais.

A partir da década de 1990, segundo Blume (2004), diferentes abordagens teóricas vão atribuir importância considerável à temática da ruralidade. Sob esta perspectiva, o autor assinala que o rural surge como um espaço diferenciado do agrícola uma vez que, para grande parte da população, o rural se mantém carregado de simbolismos associado ao meio ambiente, não podendo ser simplesmente ignorado.

No Brasil pós 1990, as discussões sobre as definições do rural evoluem e se diversificam, sendo as mudanças conceituais reflexos das transformações induzidas pela globalização, pelas novas tecnologias, pelo fim da dicotomia rural-urbano e pela questão ambiental.

Para Silva (1999), o rural pode ser entendido como um continuum do urbano. Este posicionamento decorre da influência das atividades urbanas que se adentram no rural sendo preconizado o fim do rural diante do avanço de novas atividades. Entretanto, observa-se que estas transformações não ocorrem em todas as regiões do país. Apesar da crise por que passa, o meio rural sergipano apresenta dinamismo, enfrentando intempéries como a crise da cotonicultura e as sucessivas secas.

Sob esta perspectiva, Wanderley (2001) afirma que “a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a atividade principal, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas atividades econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização”.

Juntamente a esse debate, surgem outros posicionamentos diferentes da postura de Silva (1999), como o de Carneiro (2001) que, ao interpretar as transformações no meio rural, a exemplo das ocupações não-agrícolas pelas populações rurais, assim como novas alternativas de lazer. Estas atividades não conduzem ao fim do rural, ao contrário são formas construídas na busca da preservação da identidade social e, conseqüentemente, fortalece a ruralidade. Carneiro (2001) enfatiza que mais importante que precisar fronteiras entre rural e urbano ou relevar as diferenças culturais nas representações sociais é verificar a qualidade das relações que as práticas sociais estabelecem sobre o espaço.

Carneiro (2001) pensa o rural como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, a partir da incorporação de novos valores,

hábitos e técnicas. De acordo com essa visão, entendemos que, apesar das transformações que ocorrem no meio rural, a identidade cultural e a ruralidade são mantidas. O olhar do pesquisador deve ser direcionado aos atores sociais e não exclusivamente às atividades econômicas.

Em sua abordagem, Carneiro (2001) enfatiza a discussão do rural conectada ao território que serve como referência para identidades construídas a partir do cruzamento de aspectos geofísicos, econômicos e culturais (muitas vezes expresso na identidade de um produto). A noção de território que a autora utiliza visa resgatar, preservar e estimular expressões da cultura local na elaboração de produtos de qualidade e de identidades próprias.

Conforme destaca Offner & Pumain (1996): “o território é, pois, espaço definido de um modo muito geral como sistema de proximidade, de distâncias e de escalas, ao mesmo tempo como identidade coletiva. Por conter atributos espaciais e simbólicos é que se pode articular a rede ao território”.

Blume (2004) destaca (e também Veiga, 2005) que a adoção da abordagem territorial nos estudos sobre o mundo rural poderá proporcionar uma valorização de importantes dimensões analíticas como fundamentos ecológicos e econômicos cingidos no espaço. Nessa perspectiva, deve-se incorporar e valorizar as potencialidades existentes no meio rural. A partir dessa visão ocorrerá uma integração dos atores sociais, dos mercados e das políticas públicas proporcionando, conseqüentemente, uma reestruturação do espaço tendo em vista o desenvolvimento.

Diante dessas discussões, optamos por estabelecer o estudo a respeito do rural sob a ótica de Carneiro (2001) privilegiando a questão cultural. No caso analisado a seguir, observa-se que ao criar uma atividade agroalimentar, com base na cultura local, os atores sociais buscam continuar convivendo em seu território. Tendo em vista a articulação existente constata-se que não há indício de descaracterização do rural. Sob esta perspectiva, acreditamos que a criação das fabriquetas de queijo – atividade agroalimentar no meio rural sergipano, confirma uma estratégia voltada para viabilizar o fortalecimento da ruralidade uma vez que absorve a produção de leite dos vizinhos, parentes e amigos. Além disso, esta atividade resgata o saber-fazer dominante na área produzindo, em escala maior, o alimento que faz parte da identidade cultural do sertanejo, o *queijo*. Assim, ao contrário do que foi preconizado por alguns autores a exemplo de Silva (1999), o rural continua vivo e revalorizado. Nos últimos anos, ele transformou-se modificando o uso da terra para resistir à

saída do campo. A partir da transformação dos cultivos agrícolas inserindo as pastagens, o agricultor familiar busca, na agricultura, a sustentabilidade para continuar no seu território

A AGRICULTURA NO SERTÃO SERGIPANO

Segundo Andrade (1986) e Diniz (1996), a ocupação das áreas sertanejas, em Sergipe, iniciou-se no século XVI com a doação de grandes e pequenas glebas de terras pela coroa Portuguesa, visando firmar a posse, então ameaçada pelas invasões holandesas. A dimensão dessas glebas de terras, isto é, das sesmarias, variava de acordo com as possibilidades de sua utilização econômica, como também por sua localização e facilidade de acesso. A pecuária praticada em grandes áreas permitiu a formação de explorações extensas porque necessitava de grandes áreas para a produção, pois o gado era criado solto sem grandes cuidados e apresentava-se economicamente como uma atividade importante na complementação para a produção de açúcar, para suprir a demanda de animais nos engenhos e para a alimentação da população.

Embora tenham participado outras categorias na ocupação, o sertão tem, no vaqueiro, um dos agentes precursores do povoamento, como salienta Diniz (1996):

Na expansão do povoamento para o sertão, não se pode ignorar a figura do vaqueiro que se utilizando da quarteação, acabou por se transformar em criador, dando origem a uma estrutura de pequenos pecuaristas que persiste até os dias atuais.

Neste período, além da criação de gado, os agricultores familiares no sertão dedicavam-se aos cultivos de milho, feijão, mandioca e algodão, abastecendo as grandes propriedades e a população urbana que crescia. Para tanto, aqueles que não possuíam área suficiente estabeleciam, com o grande proprietário, uma relação indireta no uso da terra pagando em renda-trabalho e/ou produto. Quando os grandes proprietários não cediam a terra, os trabalhadores transformavam-se em posseiros, ocupando novas áreas.

Porém, a produção de alimentos não se constituiu como a atividade mais importante do sertão. Em relação a isso, destaca Andrade (1986).

... a agricultura não foi a atividade principal; desenvolveu-se medianamente à sombra dos “currais”, devido à grande distância que sepa-

rava aquela zona do litoral e ao elevado preço que os gêneros atingiam após o transporte por dezenas de léguas.

No final do século XVIII e no século XIX, houve uma grande expansão da lavoura do algodão, sobretudo, no período da Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Esta cultura presente nos estabelecimentos do agricultor familiar desperta o interesse também do grande proprietário uma vez que este, percebendo que a rama do algodão juntamente com a palha do milho poderia constituir uma ração suplementar para o gado nos meses mais secos, passou a ceder terra aos trabalhadores desprovidos desse bem em troca do restolho dessas culturas. Conseqüentemente, houve uma revitalização da pecuária, surgindo novas perspectivas para o sertão. E esta atividade, juntamente com a pecuária, proporcionou o surgimento de vários centros urbanos no sertão sergipano.

Após o período de crise do algodão, o agricultor familiar continuou a plantar o mesmo cultivo consorciado, enquanto os grandes proprietários se dedicaram à pecuária de forma praticamente exclusiva.

A pecuária, apesar de ser uma atividade importante, até a metade do século XX, apresentava-se ainda pouco intensiva, sendo os bovinos criados soltos, pouco modificando a vegetação nativa do sertão. A partir da década de 1970, a pecuária em Sergipe, localizada principalmente no agreste e sertão, tem seu crescimento acelerado. Este crescimento reflete alguns fatores favoráveis como: melhorias das estradas, clima propício às pastagens, menor incidência de doenças no rebanho bovino e uma política de crédito agrícola voltada para a região semi-árida.

Neste período, com as sucessivas secas ocorridas na região e o incentivo de políticas públicas subsidiadas como os Projetos Sertanejo e PROTERRA, os quais funcionavam como linhas de créditos destinadas a investimentos fixos, semi-fixos e de custeio, contribuíram para a transformação das áreas de cultivo agrícolas introduzindo as pastagens melhoradas. Estes projetos foram direcionados, sobretudo, às médias e grandes propriedades refletindo na redução de postos de trabalho no campo. A atividade pecuarista contribuiu para o crescimento da migração de trabalhadores em virtude da relação capital-trabalho, que os empurra para os centros urbanos, surgindo o chamado exército de reser-

va. O capital industrial investe e atrai trabalhadores da zona rural e a sua expansão se dá associada à formação do latifúndio. Nesse ínterim, os agricultores com até 50 ha, em decorrência das intempéries climáticas, da crise do cultivo de algodão devido à praga do bicudo e para resistirem às ofertas norteadoras de compra e venda de suas terras, transformam também seus estabelecimentos em pastagens como uma estratégia de reprodução contribuindo também para a expansão da atividade. A permuta do cultivo agrícola pela pastagem decorre do rendimento mais estável e seguro da pecuária, viabilizando a persistência do agricultor familiar. Segundo Woortmann & Woortmann (1997), o significado do gado para esses produtores consiste em uma reserva de valor, poupança e, muitas vezes, uma forma de adquirir terra com a comercialização de animais.

Nesse contexto, a pecuária leiteira se apresenta como uma estratégia para a sustentabilidade do agricultor familiar criando uma nova forma de renda semanal, através da comercialização do leite. Tal fato pode ser comprovado através das informações censitárias de 1985 e 1995/1996 que, em virtude da transformação dos estabelecimentos familiares direcionando-os à pecuária, refletirão no crescimento da produção de leite na microrregião do Sertão Sergipano do São Francisco perfazendo um total de 11,2% entre estes períodos, absorvendo esta microrregião mais de 40% do total produzido no Estado (tabela 1).

A reorganização das forças produtivas criando novas possibilidades de sobrevivência local através da transfor-

Tabela 1. Sergipe: produção de leite (mil litros), 1985-1995/1996

Microrregiões geográficas	1985 Volume	1985 %	1995/1996 Volume	1995/1996 %
Sertão Sergipano do São Francisco	30948	33,2	54746	43,4
Carira	10047	10,8	15067	12,0
Nossa Senhora das Dores	4341	4,7	7027	5,6
Agreste de Itabaiana	5853	6,3	6865	5,4
Tobias Barreto	6430	6,9	7973	6,3
Agreste de Lagarto	6441	6,9	6539	5,2
Própria	5480	5,9	8620	6,8
Cotinguiba	3088	3,3	3507	2,8
Japaratuba	1218	1,3	2372	1,9
Baixo Cotinguiba	6672	7,2	2926	2,3
Aracaju	1618	1,7	1737	1,4
Estância	3041	3,2	2933	2,3
Boquim	8007	8,6	5802	4,6
Total	93148	100,0	126114	100,0

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE. 1985, 1995/1996

mação do uso da terra permite a continuidade dos agricultores no seu território.

Abordando a temática da multifuncionalidade, Carneiro (2003) assinala:

manter a identidade do agricultor significa, nesses termos, (produção de alimentos, sobretudo) para estabelecer trocas com vizinhos e parentes, alimentando laços sociais de solidariedade e de reciprocidade fundamentais para viabilizar a vida e dar-lhe sentido.

No caso específico aqui estudado, ao abordar a agricultura e a identidade cultural, observa-se que a mudança no uso da terra deverá ser entendida também como uma estratégia econômica e cultural, uma vez que há necessidade do agricultor em conviver na sua localidade. Esta reflexão vai ao encontro do posicionamento de Maluf (2003) que acrescenta:

A relação que a agricultura e a identidade social, num quadro de redução da importância econômica na produção mercantil de alimentos, exige a valorização de aspectos não comumente considerados pelos analistas tais como os modos de vida, as relações com a natureza, as relações com os parentes e vizinhos (sociabilidade e a produção de alimentos para a própria família).

Com o crescimento da pecuária leiteira surgem novas atividades construídas a partir do aumento da oferta do leite, existente nessa região, transformando-o em derivados nas pequenas unidades de produção. Nos estabelecimentos agrícolas, o núcleo familiar constitui uma pequena empresa, de caráter informal. Estas são férteis mananciais de habilidades empreendedoras a exemplo das inovações na produção de novos tipos de derivados de leite, a utilização de caldeiras. São também estimuladoras de geração de renda e postos de trabalho. Essas pequenas empresas comerciais, artesanais ou protoindustriais, diversificam as economias locais surgindo um número considerável de lojas de produtos agropecuários e pequenas oficinas que criam suportes para o transporte do leite em motocicletas em todos os municípios sertanejos. Observa-se que há uma necessidade incitando essas famílias a exercerem ou criarem atividades externas à agropecuária ou se aproveitando desse potencial para adaptar-se ao saber-fazer típico existente na área.

Esta atividade não-agrícola permite a consolidação dos agricultores uma vez que absorve a produção de leite, sobretudo, do agricultor familiar constituindo-se como alternativa única em vários municípios do sertão sergipano.

Ainda são gerados postos de trabalho no transporte da matéria-prima, na produção e comercialização dos derivados incorporando, em parte, os filhos dos agricultores em uma área carente de trabalho e renda. Sob esta ótica, essa estratégia expressa a garantia da permanência no meio rural, preservando a identidade cultural.

Analisando a noção de identidade, Haesbaert (2003) esclarece que a identidade social é também territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do ou transpassa o território. Território que pode ser percebido em suas múltiplas perspectivas, desde aquela de uma paisagem como espaço cotidiano, “vivido”, que simboliza uma comunidade, até o recorte geográfico mais amplo e em tese mais abstrato, com o do Estado-Nação.

No caso, essas atividades agro-alimentares são, por excelência, intimamente ligadas ao território, em razão do processo histórico dominante na área em que se localizam como também da oferta de matéria-prima; além disso, identificam a cultura incorporada dos agricultores e dos consumidores. Assim, o espaço, através do trabalho, transforma-se em território. Continuando essa discussão, observamos, em Dias (2005), que a lógica territorial deve ser desvendada como resultado de mecanismos endógenos; relações que acontecem nos lugares entre agentes conectados por laços de proximidade espacial e mecanismos exógenos. O enfoque territorial implica no desenvolvimento endógeno valorizando os aspectos culturais locais, a inserção de política pública e as inovações tecnológicas apropriadas. É fundamental valorizar os fatores considerados não transferíveis, ou não mercantis, como os fenômenos culturais e de identidade local, que facilitam a comunicação interna entre os atores através de redes.

Conforme lembra Haesbaert (2003):

o simples fato de vivermos no espaço, já nos identifica socialmente e é na valorização simbólica do território que o processo de organização local das camadas excluídas é favorecido, embora muitas vezes esta tarefa seja árdua, pois envolvem fatores muito subjetivos como sentimentos de confiança e identidade coletiva, nos quais estará baseada e será fortalecida.

Este caráter é observado por Guattari ao abordar a idéia de apropriação, incorporando também uma dimensão simbólica, identitária e afetiva ao território quando afirma:

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa. O território é

sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é um conjunto de projetos e das representações nos quais vão desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, investimentos, nos tempos e nos espaços sociais culturais... (Guattari, 1996, p. 323).

Em uma nova perspectiva, o território é considerado atualmente não como um quadro de localização de agentes ou apenas um suporte de atividades econômicas. Para Mucknik & Sautier (1996), o território:

é um espaço construído historicamente e socialmente, onde a eficiência das atividades econômicas é fortemente condicionada pelos laços de proximidade e de pertencer a este espaço. O território é então um resultado e não um dado.

Esta concepção de território é corroborada por Abramovay (1992) enfatizando a não vinculação exclusiva aos atributos naturais, sendo este uma construção de acordo com a capacidade dos atores de estabelecerem relações organizadas mercantis e não mercantis favorecendo a troca de informações e a conquista de certos mercados, bem como a pressão coletiva pela existência de bens públicos e administrativos que dinamizam a vida regional.

Offner & Pumain (1996) propõem uma problemática nova no campo da geografia que consiste na articulação da rede social e território, considerando a rede social como um conjunto de indivíduos ou de grupos que entretêm relações binárias permitindo a circulação de oportunidades. Quanto ao território:

o território é apropriação. Através dele uma população define o que, no espaço, releva a um uso legítimo, prático e simbólico... O território é regulação; não há identidade sem regras, implícitas ou explícitas ou consentidas, modelando as trocas entre si e com os outros. O território é pois espaço-definido de modo muito geral como um sistema de proximidade, de distâncias e de escalas, ao mesmo tempo como identidade coletiva (Offner & Pumain, 1996)

No caso das atividades agroalimentares do sertão sergipano, observa-se a importância das redes na articulação dos elementos que compõem a cadeia produtiva do leite proporcionando a construção do território.

AS REDES E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO QUEIJEIRO

Focalizando a discussão sobre redes, Haesbaert (2002) afirma que este conceito nasce com o capitalismo, sendo

utilizado pelos pesquisadores no século XIX, ao tentar explicar determinadas formas espaciais disseminadas pelo sistema capitalista. A rede é constituída por um conjunto de atores sociais, que atuam como emissores ou receptores, e os vínculos ou elementos relacionais atuam como canais de comunicação.

A importância adquirida pelas redes, na sociedade atual, está relacionada ao papel conquistado por elas na circulação de bens, pessoas e informações. Haesbaert (2002) destaca que identificar as redes de dimensão planetária é tão importante quanto identificar as redes de caráter local e regional que, muitas vezes, possuem potencial para propor organizações territoriais alternativas. Neste artigo, abordaremos as redes de caráter local denominadas de redes sociais ou de sociabilidade, relacionando-a com a atividade agroalimentar no sertão sergipano.

Dias (2005) discutindo sobre essas redes enfatiza que mais importante é a constatação empírica de diferentes formas ou intensidade das relações sociais num determinado campo social de parentesco, amizade, vizinhança. Continuando esta abordagem, a autora destaca que estas redes transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos indivisíveis e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico.

Corroborando com essa discussão sobre redes, Randolph (1993) afirma:

Usa-se o termo em relação a relações familiares (rede familiares), de amizade, de ajuda mútua (redes de vizinhança), de contatos e organização de movimentos sociais (redes sociais).

A noção de rede refere-se, neste artigo, a relações familiares e de vizinhança articuladas por agricultores em busca da reprodução no sertão sergipano. Castells (2000) destaca que as pessoas socializam-se e interagem em seu ambiente local, seja no povoado ou na cidade e constroem redes entre vizinhos. Essas redes são fruto de histórias em comum e confiança que cresce no cotidiano de pessoas com objetivos semelhantes.

Na viabilização da atividade queijeira surgem como principal incentivador a rede familiar que cede o capital inicial e repassa o “saber-fazer”, conhecimento adquirido com a família na produção do queijo caseiro. A rede de vizinhos fornece a matéria-prima (leite) contribuindo para a viabilização da atividade. A mão-de-obra é familiar e, em alguns casos, são utilizados trabalhadores temporários e/

ou permanentes, de acordo com o volume da matéria-prima e a demanda do mercado.

Essas pequenas unidades informais do setor leiteiro absorvem a produção dos agricultores familiares, além de médios e grandes proprietários. Cerdan & Sautier (2002) ressaltam a importância econômica e a resistência dessas unidades de transformação modestas e até rudimentares, relacionando-as à proximidade geográfica e social entre os fabricantes e produtores. Apresentam como vantagens comparativas, o controle exercido direto pelo proprietário, um fluxo de informações eficientes e relações entre as mesmas de cooperação no período de inverno e de concorrência no verão, devido à escassez de matéria-prima.

Para Abramovay (2000), mais importante que as vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores para valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base de empreendimentos inovadores. Esta reflexão vai ao encontro da abordagem de Santos (1993), pois ele enfatiza que para o geógrafo, as relações de proximidade não se limitam a uma mera definição de distâncias; mas, ela está relacionada às inter-relações vividas entre as pessoas em uma mesma extensão, não devendo ser apreendidas, em uma análise da situação de vizinhança, somente as relações econômicas, mas, a sua totalidade. A importância da vizinhança para o fortalecimento das camadas socialmente excluídas frente às dificuldades torna-se um atributo valioso existente no mundo rural.

Segundo Abramovay (1992), a valorização dos atributos de uma região pelos atores locais permite a existência de uma dinâmica de concorrência-emulação-cooperação entre as empresas de uma certa região.

No caso estudado, observa-se uma aglomeração de micro-empresas informais concentradas geograficamente no sertão sergipano estabelecendo a cooperação e competição entre si e interagindo com os demais atores (produtores de leite, comerciantes, atravessadores) constituindo vínculos com toda cadeia produtiva do leite, enraizando-as em vários municípios, sendo consideradas como um Sistema Produtivo Local (SPL).

Veiga (2005) define os SPL como uma rede de empresas de uma mesma atividade/especialidade que cooperam um determinado território. A principal vantagem dos SPL para o desenvolvimento são as relações de proximidade e de interdependência entre as empresas favorecendo à competitividade do território. Nessa perspectiva, Veiga (2005)

acrescenta que a melhor ferramenta de desenvolvimento local passa a ser o patrimônio natural, que também costuma ser ligado a alguma forma de patrimônio cultural. Estas relações de proximidade constituem em um suporte frente as dificuldades vivenciadas por esta atividade informal no mundo globalizado.

Nas últimas décadas, vivendo a era da globalização, as fronteiras da relação mercado interno/mercado externo tornam-se mais tênues, prevalecendo o chamado sistema global. Nesse contexto, alocação de capitais no interior do globo passa a ser comandada por transnacionais, que se constitui em novos sujeitos. O parâmetro mais importante para essas empresas é o nível de valorização ampliado dos seus capitais. Ao mesmo tempo em que ocorre a expansão e concentração de capitais com a instalação de transnacionais no interior, constata-se a criação de estratégias de reprodução, explorando nichos e contribuindo para a inserção no mercado informal dos agricultores familiares.

Como pode sobreviver uma atividade “rudimentar” calcada no “saber-fazer” em um mercado globalizado e competitivo? Neste caso, a expansão dessa atividade no sertão nordestino não está relacionada, de modo exclusivo, a questão meramente econômica. O crescimento é proporcionado pela existência de redes permeadas com relações de proximidade. Diante desse contexto, podemos aferir que existe nesse território um potencial que deve ser incorporado e valorizado pela sociedade e pelas instituições, objetivando o desenvolvimento dessas comunidades. Ao discutir a potencialidade existente em determinadas comunidades, Scherren-Warren (2005) destaca o conceito de capital social, definido como:

... um potencial produzido na vida das pessoas de uma comunidade, compreendendo características como a existência de redes sociais, normas, e confiabilidade, que permite aos indivíduos agirem mais eficazmente juntos a desenvolverem objetivos comuns.

Portanto, na área de estudo, os fatores desagregadores são parcialmente compensados por forte identidade cultural e solidariedade através das redes sociais ou de sociabilidade que são relações horizontais com forte poder de coesão social, cultural e territorial viabilizadoras da persistência do agricultor familiar.

Constata-se que algumas atividades produtivas desenvolvem-se através de articulação de relações de proximidade e das redes econômicas, sociais e técnicas. Segundo Haesbaert (2002), as redes sócio-técnicas são entendidas como estruturas desenhadas pelas relações interpessoais múltiplas,

que reúnem atores individuais e institucionais em âmbito regional ou local, em torno de objetivos comuns. Na realidade, essas redes muitas vezes não são perceptíveis. Assim, raramente as instituições públicas avaliam o potencial dessas articulações, possibilitando o crescimento das atividades e o desenvolvimento local a partir da sustentabilidade desta atividade e, por consequência, do agricultor familiar.

Com o processo de mundialização do capital, observa-se que há um crescimento de produtos alimentícios de outros mercados distantes, bem como a presença de empresas globais no interior dos territórios, até então, de domínio nacional, inclusive, na região sertaneja. Entretanto, essas empresas, como é o caso da *Parmalat*, estão preocupadas com a reprodução ampliada do capital mantendo relações meramente econômicas no meio onde estão instaladas. Ao mesmo tempo em que existem empresas de tal porte, lado a lado são detectadas as fabriquetas, pequenas unidades de produção informais que se mantêm no mercado, sobrevivendo às intempéries das crises econômicas, prevalecendo relações diversificadas nas formas de articulação com o mercado fornecedor de matéria-prima, sobretudo com o agricultor familiar.

As atividades construídas pelos seus atores demonstram sua viabilidade na medida em que, essas unidades de produção sobrevivem contribuindo para o desenvolvimento da agricultura local, para a circulação de capital e para geração de postos de trabalho e renda. Nesse sentido Reis (1995) destaca:

Nem os processos de transnacionalização que fazem a economia-mundo nem a expansão da normalização no quadro atual parecem fáceis de negar. Mas o que é importante é dizer-se que os fenômenos parciais de implosão da norma também existem e, sobretudo, que a influência do global sobre o que ilustra a diversidade nunca é total, quer porque haja resistência, quer porque haja iniciativa 'vinda de baixo...

Essas alternativas de trabalho e renda incluídas na economia informal, objetivam a sustentabilidade do agricultor familiar no meio rural diante do crescente desemprego e da insuficiência das políticas públicas de geração de emprego.

Dessa forma, a prática da agricultura, ainda que deficitária em relação à questão econômica e às políticas públicas, confunde-se com o próprio pertencimento à localidade e se destaca como condição para manter uma dada qualidade de vida que seria impraticável em outros espaços. Wanderley (1999) enfatiza que, nos últimos anos, o meio rural está sendo olhado não como um foco de problemas, mas como portador de alternativas na geração de

emprego, de lá surgem estratégias que reproduzem e valorizam a identidade territorial. Porém, as políticas públicas não são direcionadas para este setor no sentido de valorizar o potencial cultural existente no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das abordagens dos conceitos de ruralidade, redes e território, a identidade cultural desempenha papel fundamental, articulando, através das redes de sociabilidade, estratégias que buscam resistência do agricultor familiar, resultando na construção do território das fabriquetas de queijo.

Observa-se que as experiências bem sucedidas de determinadas áreas são resultantes de um processo de dinâmica territorial constituídas por uma rede de relações sociais amplas, envolvendo os planos cultural, econômico e político.

A análise desta alternativa de trabalho no contexto histórico evidencia as implicações dessa estratégia na sociedade local, gerando postos de trabalho de forma direta e indireta, fixando o agricultor familiar na zona rural e possibilitando maior circulação de capital nos municípios. Nesse caso, concluiu-se que o espaço formado pela ação das redes pode ser considerado um território – o território construído pelos produtores de leite e derivados ou o território das fabriquetas de queijo de Sergipe. Esse território constitui um espaço onde foram adaptados o saber cultural e historicamente arraigado na área sertaneja através dos laços familiares, sendo a família uma grande incentivadora, ao lado do apoio dos vizinhos e demais parentes. Há uma relação de ajuda mútua entre produtores e fornecedores de matéria-prima denotando um caráter, muitas vezes, afetivo entre todos.

O Sertão do São Francisco apresenta-se como um território construído historicamente e socialmente, sendo que as atividades tornam-se eficientes na medida em que são fortemente condicionadas pelos laços de proximidade entre aqueles que participam da cadeia produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992. 275p.

_____. Do setor ao território: Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Texto para

Discussão do IPEA n.702. São Paulo 2000.

ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1986.

BLUME, R. Ruralidade e território: A evolução de uma problemática de pesquisa. In: Território e ruralidade: A desmistificação do fim do rural. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS, 2004. 182p. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Rural

_____. Do rural ao urbano: Uma terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade (versão preliminar). Seminário Sobre O Rural Brasileiro: A Dinâmica das Atividades Agrícolas e não Agrícolas no Novo Rural Brasileiro, 2, 2001. Campinas: NEA/UNICAMP, 2001, p.1-16.

_____. Agricultura, meio ambiente e turismo: Desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo, RJ). In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. (org.) Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 88-103.

CASTELLS, M. A. Sociedade em Rede. 3.ed.. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

CERDAN, C.; SAUTIER, D. Construção e desenvolvimento dos territórios rurais. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: EMBRAPA, 2002, p.131-142.

_____. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (org.). Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p.11-28.

DINIZ, J. A. F. A condição camponesa em Sergipe: Desigualdade e persistência da agricultura familiar. Aracaju: NPGeo, 1996. 222p.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: Do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004. 395p.

_____. Da desterritorialização à múltipla territorialidade. Boletim Gaúcho de Geografia. v.29, n.1, p.11-24, 2003.

_____. Territórios alternativos. Niterói. EDUFF; São

Paulo: CONTEXTO, 2002. 2p.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J e MALUF, R. S. (org.) Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p.135-152.

OFFNER, J.; PUMAIN, D. Réseaux sociaux et territoires. In: Réseaux et territoires-significations croisées. Paris: De L'Aube, 1996, p.137-171.

RANDOLPH, R. Redes estratégicas e de solidariedade e organização territorial, à procura de novas formas territoriais. In: Encontro Nacional da ANPUR: Encruzilhadas das Modernidades e Planejamento, 5, 1993, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ANPUR. 1993, p.783-794.

REIS, J. O desenvolvimento local é possível? In: SPER – Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1994. Cap.1, p.1-40.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de. SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. O novo mapa do fim do mundo: Fim do século e globalização. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993. 342p.

SCHERREN-WARREN, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (org.). Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p.29-50.

SILVA, J. G. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: FAUFRGS, 1999. 238p.

VEIGA, J. E. Do global ao local. Campinas: Armazém do Ipê, 2005. 120p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. Agricultura familiar: Realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 1999, p.23-56.

_____. A ruralidade no Brasil moderno: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (cop.). Uma nueva ruralidade em América Latina? Buenos Aires: CLACSO, 2001, p.31-44.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. O Trabalho da Terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB. 1997. 192p.